

	Autor	Contribuição
1	Maria Angélica Correia de Oliveira Conselheira do CMPU, Conselheira do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-SP), integrante da Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais	Diagnóstico deixou a desejar no que se refere às populações periféricas. Questionou o porquê do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) estar sendo pouco implementado e opina que a gestão, ao longo deste período de pandemia, não se ateu na implementação do plano. Também apontou que, para além da população de rua, o diagnóstico não traz a realidade das periferias, e diz que, a exemplo da zona oeste, aponta que esta não é considerada do quadro de vulnerabilidade, citando que só no Butantã existem mais de 100 (cem) núcleos de pobreza. Registrou a indignação de dezenas de lideranças do Butantã em relação ao plano e as ações de segurança alimentar e nutricional do município.
2	Antônio Zagato Conselheiro do CMPU, integrante do CDHS – Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana	Citou os equipamentos de saúde previstos no Quadro 10 do PDE, e especificamente o que diz respeito à implantação do Hospital Sorocabana, na Lapa. Apontou que ele foi fechado em 2010. Apontou que em 2016, por meio de decreto estadual, o governo do estado transferiu o prédio para a prefeitura, que implantou parcialmente alguns serviços no térreo e mezanino, mas 5 (cinco) dos 7 (sete) pavimentos continuam fechados. Argumenta que, mesmo com a previsão em 2014 pelo PDE de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) nas suas instalações, da demanda na região ser reconhecida pela prefeitura, da alta demanda de leitos no município e apesar dos milhares de mortes na capital decorrentes da pandemia, o hospital não foi considerado como parte da rede de atendimento. Opina que este contexto versa sobre a falta de interesse político e conclui sobre a falta de perspectiva quanto a sua reabertura.
3	Eduardo Della Manna Representante do SECOVI Conselheiro do Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU)	Entendeu ser redundante o termo <i>Urbanismo Social</i> , pois o urbanismo deve ser sempre social. Defendeu que a revisão intermediária do PDE dê mais ênfase no desenvolvimento de projetos relacionados às AIU (Áreas de Intervenção Urbana), apontando o artigo 145 do PDE, e às AEL (Áreas de Estruturação Local), apontando os artigos 26 e 149 do PDE. Argumentou que, na medida em que são desenvolvidos projetos urbanísticos que articulem planos e projetos dos quatro segmentos de políticas públicas, aponta-se para o desenvolvimento socioeconômico de territórios da cidade.
4	Raquel Reis Viegas Leal Apoiadora do Movimento Pró-Pinheiros	Opina que as estratégias do Plano Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (PLAMSAN) que estão sendo implementadas são insuficientes. Defende que é necessário que a prefeitura busque mecanismos mais eficientes no sentido de levar uma alimentação de qualidade e nutricionalmente equilibrada para quem precisa, por um preço acessível.

5	Lúcia Martins Campos Servidora pública e integrante da Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais	Trouxe que o adensamento no eixo Raposo vem sendo realizado sem a implantação proporcional de equipamentos urbanos e sociais. Em especial, aponta a falta de Unidade Básica de saúde (UBS), relacionando a falta de um plano de articulação conforme relacionado nos artigos 305 e 306 do PDE. Conta que a Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais fez um estudo, usando uma portaria do Ministério da Saúde, e levantou que, na região de maior adensamento do Eixo Raposo Tavares, deveriam ter 5 (cinco) UBS sem equipe de saúde da família e 7 (sete) UBS com equipe de saúde da família. Atualmente ela aponta que na região só há 1 (uma) UBS. Cita também que a doença mais recorrente na região, entre todas da saúde mental, é o suicídio, o que ressalta a necessidade de implantação de equipamentos de saúde tais como UBS e serviços de assistência psicossocial. Opinou também que os interessados e usufrutuários do adensamento sem um planejamento local, tal como propõe os eixos de estruturação, tem gerado consequências graves e é importante que o setor produtivo tome consciência de sua responsabilidade neste processo.
6	Yully Henrique Fernandes Munícipe	Cita que na região do Pari, perto do Canindé, não tem equipamentos de esportes. Propõe que seja implantado um Clube Escola na frente da UBS do Pari, onde atualmente conta que há uma garagem abandonada da CMTC. E que na mesma área seja implantado um CRESAN (Centro de Referência em Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável), dado que a região concentra população em vulnerabilidade social, carente de tais equipamentos sociais.
7	Maria Angélica Oliveira Conselheira do CMPU, Conselheira do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional (COMUSAN-SP), integrante da Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais	Reforçou a carência de equipamentos de assistência social, como os CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e CREAS (Centro de referência Especializado de Assistência Social).

8	Martha Pimenta Rede Butantã de Entidades e Forças Sociais	Pede olhar cuidadoso ao analisar a região do Butantã, que tem grande renda per capita elevada pela presença de bairros como Morumbi, Parque dos Príncipes e Butantã, mas que também agrega grandes comunidades com demandas e carências múltiplas. Cita que houve o fechamento de equipamentos de assistência social e de atendimento à criança e ao adolescente, a despeito da resistência da população. No tema da mobilidade, aponta a falta de integração da rede intermunicipal de transporte para contemplar as pessoas que fazem integração na nova estação de metrô Vila Sônia para se deslocar à outras regiões da cidade. Aponta também a falta de equipamentos de saúde mental na região e o risco de fecharem o Ponto de Economia Solidária e Cultura do Butantã, que ressalta ser um equipamento que congrega economia solidária, saúde mental e segurança alimentar e nutricional.
9	Silvia Tommasini Integrante do Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana (CDHS) e de seu Conselho Gestor de Saúde	Começa apontando que as informações passadas acerca do Hospital Municipal Sorocabana estão desatualizadas, e que já houve avanços quanto a tutela da área. Aponta que a questão mais votada na subprefeitura da Lapa foi a reabertura total do Hospital Sorocabana, 100% público, com gestão direta e com controle social. Cita que, apesar de ter sido municipalizado e estar parcialmente aberto, não conta com dotação de verba municipal para o hospital. E gostaria que sua reabertura total e a previsão de dotação orçamentária fossem contempladas na revisão do Plano Diretor Estratégico. Conta que durante a pandemia foram implantados 30 leitos para atendimento a covid-19 no local, a despeito de informações anteriores de inviabilidade, e deseja que a reforma seja realizada em todos os andares para que o hospital seja aberto integralmente para a população.
10	Thiago Vianna Munícipe	Cita o fechamento de dois hospitais estaduais na região de Vila Prudente/Sapopemba (onde reside) e relata como a demanda está sendo direcionada para a AMA Sapopemba e a UPA Mooca, que estão saturadas e não atendem todas as complexidades. Aponta que o distrito São Lucas não tem unidades de saúde de urgência e emergência, que o Hospital Vila Alpina também fechou durante a pandemia e não voltou a abrir e conta que as UBS da região Vila Prudente/Sapopemba não dispõem de atendimentos de urgência e emergência das 19h às 7h. Além disso, aponta que a Vila Mariana tem adensado bastante, porém falta o acompanhamento da implantação de novos equipamentos de saúde, defendendo que, apesar do baixo índice de vulnerabilidade, a região também demanda equipamentos públicos de saúde, uma vez que o SUS é um direito de todos.

11	Antônio Zagato Conselheiro do CMPU e integrante do CDHS – Comitê de Defesa do Hospital Sorocabana	Reforçou a importância do Hospital Municipal Sorocabana para a população, traçou um histórico do título de propriedade da área e apontou o Decreto Estadual nº 61.902, de 01 de abril de 2016, onde a Fazenda do Estado autoriza o uso, a título gratuito e pelo prazo de 20 (vinte) anos, em favor do Município de São Paulo, para destiná-lo a suprir a carência de leitos hospitalares naquela região do município. Conta que na legislação de uso e ocupação do solo, posterior ao PDE, o terreno do Hospital Sorocabana recebeu índices urbanísticos como se fosse uma quadra para investimento imobiliário e alerta para que a prefeitura não reproduza este processo em que deixa de identificar a demanda da população no sentido de propor uma categoria de uso do solo que iniba o interesse imobiliário sobre as áreas destinadas a suprir a carência de equipamentos urbanos e sociais. Defende que falta fortalecer a gestão democrática, opinando que, se o conselho municipal de saúde tivesse maior autonomia sobre o orçamento para identificar e respeitar a demanda da população – e conta que por duas vezes a população da subprefeitura votou pela implantação do Hospital Sorocabana como a maior urgência da região –, talvez o hospital já estivesse aberto.
12	Raquel Reis Viegas Leal Munícipe	Defendeu que a população que está passando fome não vive só de cestas básicas e alimentos não perecíveis, elas também precisam de alimentos frescos e saudáveis como frutas, legumes e verduras. Sugere que a prefeitura se esforce mais no sentido de instalar grandes refeitórios espalhados pela cidade e desenvolva um banco de inscrição de pessoas em situação de insegurança alimentar para conectá-las a associações e ONGs que fornecem alimentos saudáveis, e que este banco seja divulgado amplamente para as pessoas terem a ciência da possibilidade de receber alimentos. Aponta que estas entidades já realizam seu próprio contato com as comunidades, mas que seria importante a prefeitura centralizar este cadastro, para conectá-las inclusive aos excedentes de feiras livres e do CEAGESP, que são descartados.
13	João Moreirão Conselheiro do Conselho Participativo Municipal Casa Verde/ Limão/ Cachoeirinha e Suplente no Conselho Municipal de Política Urbana (CMPU)	Entende que há problemas na lei do Plano Diretor Estratégico, porém opina que as alterações pontuais do PDE e da lei de uso e ocupação do solo alteram fundamentalmente os objetivos do Plano Diretor Estratégico. Cita como exemplos as alterações dos índices de ruído e as dark kitchens. Entende que a prefeitura é partícipe destas alterações, uma vez que seriam projetos de lei de autoria do Executivo municipal. Por fim, aponta que há omissão, não fiscalização e interpretações diversas nas autorizações e licenças que a prefeitura emite, dizendo que não dá para aprovar construções que incorrem no adensamento construtivo e populacional sem prover equipamentos de educação, saúde, lazer, cultura entre outros.